

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Haddad que se cuida

A demissão de Jean Paul Prates reflete na correlação de forças do PT. O presidente demissionário da Petrobras tinha apoio do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A opção pelo nome de Magda Chambriard passou longe do Ministério da Fazenda.

Por falar em força...

A escolha da nova presidente da Petrobras é vista ainda como mais um tijolinho a favor da esquerda dentro do governo. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fica mais distante do tal equilíbrio das forças que o elegeram.

Primeiro obstáculo

O líder do PSD na Câmara, deputado Antonio Brito (BA), terá dificuldades para emplacar sua candidatura à Presidência da Casa junto a outros partidos. Isso porque tem muita gente com receio de que Gilberto Kassab, cacique do PSD, aproveite para fazer crescer sua legenda cooptando parlamentares.

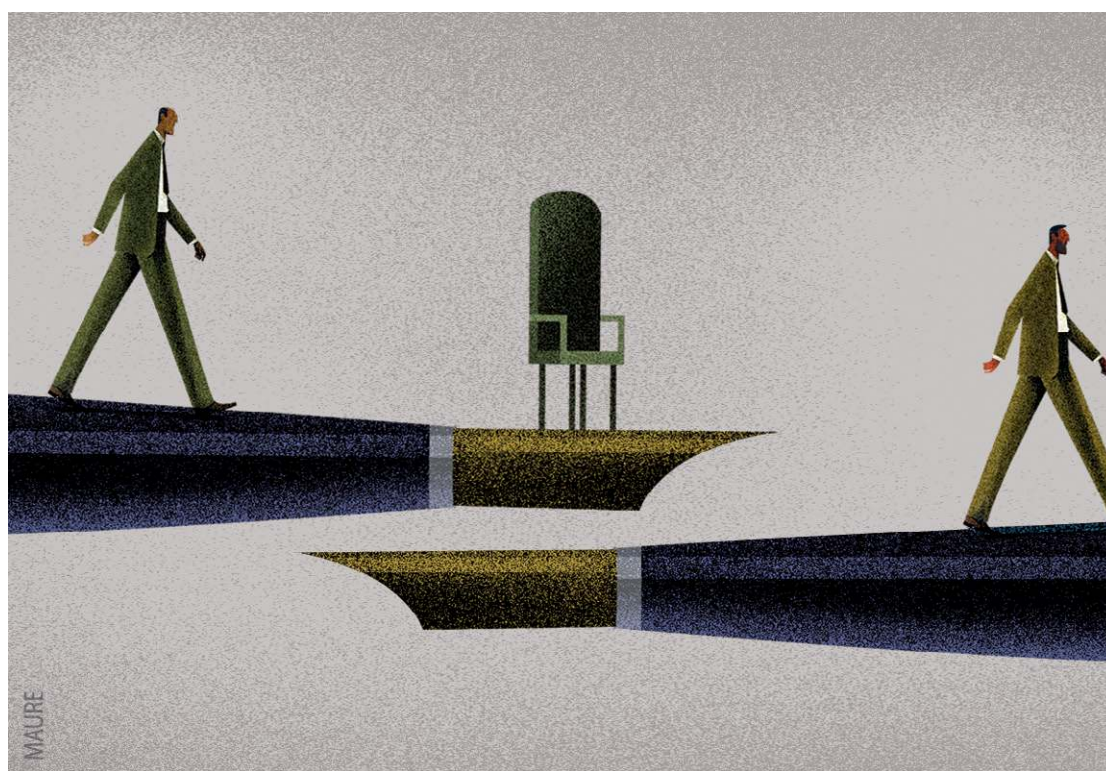
Melhor de três

Com essas desconfianças sobre Brito, sobem na bolsa de apostas Elmar Nascimento (BA), do União Brasil, e Marcos Pereira (SP), do Republicanos, que elenca projetos do governo e da oposição entre as prioridades para o futuro.

Silveira troca seis por menos 12

A troca de comando na Petrobras não foi vista como um bom movimento político por aliados do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Jean Paul Prates, que deixa o cargo, já havia sido senador e tem trânsito e diálogo no Parlamento. A nova presidente, Magda Chambriard, é ligada à ex-presidente Dilma Rousseff e terá uma ponte direta com o Palácio do Planalto, sem se preocupar com o ministro.

Em tempo: nos governos Lula 1 e 2, e também na gestão de Dilma, todos os presidentes da Petrobras tinham trânsito direto com o Planalto. E, nesse sentido, os problemas de Silveira só tendem a aumentar. Quem se deu bem foi o ministro da Casa Civil, Rui Costa, que agora coloca os dois pés na companhia.



CURTIDAS

As críticas de Tereza/ De volta ao Brasil depois de participar do Lide Brazil Investment Forum, em Nova York, a líder do PP no Senado, Tereza Cristina (MS), comenta os últimos movimentos políticos do governo: "Assistimos incrédulos à indicação de dois 'interventores' do Palácio do Planalto, que politizam a administração de nossa maior estatal, a Petrobras, e a condução das ações federais no caos que vive o Rio Grande do Sul", diz.

Causa e efeito/ Se a mudança na Petrobras provoca turbulência no mercado, a escolha do ministro Paulo Pimenta para comandar as ações no Sul representa, segundo Tereza, "o fim da neutralidade e a união partidária no Congresso no rápido socorro à crise gaúcha. Instala-se um clima de total desconfiança quando alguém do PT com pretensões eleitorais é enviado para um estado governado pelo PSDB".

Ed Alves/CB/D.A Press



De volta à cena/ Flávia Lima (foto), ex-deputada federal e ex-ministra da Secretaria de Governo de Jair Bolsonaro, subiu ao palco do evento do Banco Master/Esfere, no Rainbow Room, no Rockefeller Plaza, em Nova York. Ela entregou o cheque de R\$ 5 milhões para a ajuda humanitária ao Rio Grande do Sul, doado pelo Master. Flávia atualmente é head de sustentabilidade do banco e presidente do Instituto Terra Firme.

CONGRESSO

Desoneração de cara nova

Senador apresenta novo PL que expressa acordo entre governo e Congresso. Mas só beneficia empresas; prefeituras, não

» ANDREA MALCHER

O senador Efraim Filho (União-PB) protocolou, ontem, um projeto de lei (PL) que busca um meio termo para a desoneração da folha de pagamento dos 17 setores da economia, conforme o acordo entre o Palácio do Planalto e o Congresso, anunciada na semana passada. O texto do PL 2.847/24 é uma vitória do governo, que obteve no Supremo Tribunal Federal (STF), em abril, a suspensão da continuação da isenção fiscal — conforme veto presidencial derrubado pelo Congresso.

Efraim acredita que é possível "sentar esses atores à mesma mesa e oferecer uma solução". O texto prevê uma reoneração progressiva até 2027 e mantém isentos os setores produtivos até o fim deste ano.

"O PL traz a informação de que, para 2024, se mantenha a política atual de desoneração nos

moldes atuais, para que não haja um impacto abrupto e que faça com que as empresas demitam as pessoas para equalizar essa situação. A partir de 2025, haverá a reoneração gradual, que diluirá esses impactos até 2027", explicou Efraim.

O novo PL, porém, não trata da isenção para as folhas dos municípios. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) — que criticou a decisão do governo de judicializar a questão —, afirmou que deve se reunir com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para tratar especificamente das prefeituras.

"Estamos muito próximos de uma solução de consenso em relação a esse tema. Mas ainda há a pendência em relação aos municípios. Acreditamos no encaminhamento de uma composição que envolva os setores e os municípios", salientou Pacheco.

Para o novo PL, Efraim pediu a Pacheco que a matéria tramite em regime de urgência "para que

pela assinatura da maioria, ou até mesmo a unanimidade dos líderes, seja votado o quanto antes desse diálogo com o ministro Haddad acontecer".

O acordo costurado entre o Executivo e o Legislativo foi divulgado na quinta-feira passada. Haddad, Pacheco, o líder governista no Congresso, o senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), e o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, deram a indicação de que o PL protocolado por Efraim materializaria o que ficou ajustado.

No caso das prefeituras, Pacheco pediu, na sessão de debates para os municípios, na segunda-feira, que apresentem uma contraproposta logo. Para correr contra o tempo, os municípios apostam em uma emenda apensada à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2023 — de autoria do senador Alessandro Vieira (MDB-SE), que trata das dívidas previdenciárias dos municípios.

Jefferson Rudy/Agência Senado



Efraim é autor do texto do PL 2.847/24, ajustado entre o Legislativo, a equipe econômica e o Planalto

CASO MARIELLE

Ação de cassação de Chiquinho prossegue

» EVANDRO ÉBOLI

O Conselho de Ética avançou, ontem, na tramitação da ação que pode levar à cassação do mandato do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), acusado de ser um dos mandantes da morte da vereadora Marielle Franco. Por 16 x 1, o colegiado aprovou a aceitação da acusação contra o parlamentar, a chamada admissibilidade da representação.

Agora, a ação entra na fase de instrução. No voto, a relatora do

caso, Jack Rocha (PT-ES), entendeu que o processo contra Chiquinho deve ter continuidade e argumentou que há elementos suficientes para dar sequência. O PSol, autor da ação, defende a perda do mandato do parlamentar. O único voto contrário foi de Gutemberg Reis (MDB-RJ).

A petista classificou a acusação contra Chiquinho de "altíssima gravidade". "A conduta configura uma afronta ao decoro parlamentar. Possui natureza de ilícito penal de altíssima gravidade, caracterizado como crime

hediondo. Há justa causa e voto pela admissibilidade da ação", concluiu a deputada.

Chiquinho usou a palavra por alguns segundos durante a sessão e, por videoconferência, reafirmou ser inocente e disse que, no Rio de Janeiro, ele tem votos tanto na área de tráfico como na das milícias. "Sou inocente. Vou continuar alegando isso e vamos provar a inocência. Se olhar meu quadro eleitoral, vai ver que tenho voto na área de milícia como do tráfico. Minha votação é boa nos dois lugares",

afirmou o parlamentar, que segue preso na penitenciária de segurança de Campo Grande (MS).

O advogado Cleber Lopes, que atua na defesa de Chiquinho, afirmou ao conselho que não há provas do envolvimento do deputado com a morte de Marielle. Disse, ainda, que seu cliente não pode ser condenado por ter voto em áreas onde a milícia atua na capital fluminense.

"Ninguém dispensa voto. Ter voto em áreas conflagradas não o implica no caso", disse Lopes.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Segundo Jack, que relatou a ação, Chiquinho cometeu um "crime hediondo"